

Unidade Ferroviária

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS DA BAHIA E SERGIPE FILIADO A FITF/CUT ANO XXXVI Nº 936/OUT/2026

**AtÉ 12 SALÁRIOS PARA UNS E APENAS 1 PARA OUTROS:
SINDIFERRO COBRA MELHOR DISTRIBUIÇÃO NA PPLR**



Esq.: para dir.: Paulino Moura, Paulo Egídio e Manoel Cunha assinaram a proposta da PPLR aprovada pelos trabalhadores

A proposta apresentada pela companhia para o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados 2026 para pagamento em 2027, apesar ter sido aprovada pela categoria, não representa uma distribuição de parte dos lucros ou resultados de forma justa. Continua com uma desigualdade extrema entre quem ganha na base da pirâmide – que são a maioria dos trabalhadores – da parte superior. Essa maioria recebe – se cumprir integralmente as metas estabelecidas – apenas **1 (um)** a **1,4 (um vírgula quatro)** salários nominais, enquanto quem está acima da base recebem entre **2 (dois)** a **12 (doze)** salários. No quadro abaixo, observa-se essa discrepância, que precisa urgentemente ser sanada e transformar a PLR em um instrumento de incentivo e motivação mais equilibrados e com justiça.

**ANEXO I - Tabela de múltiplos de
salários de dezembro de 2026:**

Grade	Número de salários para cálculo do PLR para 100% das metas atingidas
7 a 10	1,00
11 a 13	1,40
14	2,00
15	3,00
16 e 17	4,00
18	5,00
19 e 20	6,00
21	7,00
22	9,00
23	10,00
24	12,00

Além do mais, a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, a Companhia não atende os requisitos contidos na norma legal, principalmente: a) ausência de memória de cálculo não informando o número de empregados por grade, impedindo a verificação da isonomia e do montante total distribuído em desacordo com o artigo 2º, § 1º; b) dispersão excessiva – variação de 1 para 12 salários sem teto, caracterizando tratamento discriminatório e desvirtuamento da natureza da PLR.

Desta forma, entendemos que a alteração no programa deve começar, precisamente, instituindo uma quantidade de salários iguais para todos os empregados, como sugestão 6 (seis) salários bases, isto é, cada um receberá pelo valor do nível a que está classificado/enquadrado. Assim, deixa de existir uma casta de privilegiados em detrimento da massa de operários responsáveis pela absoluta totalidade da mão de obra da empresa, que é base da pirâmide.

Vamos nos mobilizar para a próximo confronto com as discussões sobre o programa do exercício de 2027.

Voltando à eleição, precisamos de consciência de classe para enfrentar os inimigos dos trabalhadores.

Pandemia, democracia e responsabilidade pública

A condução da pandemia de Covid-19 durante o governo Bolsonaro foi marcada por conflitos com autoridades sanitárias, declarações que minimizaram a gravidade da doença e questionamentos a medidas preventivas.

Em uma crise que provocou tanto sofrimento, o respeito à ciência e a responsabilidade das autoridades eram fundamentais. Defender a democracia também significa cobrar compromisso com a saúde pública, a vida e os direitos sociais.

Transparência e interesse público

As notícias recentes envolvendo Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master, e Flávio Bolsonaro levantam questões sobre movimentações financeiras e possíveis

relações entre interesses econômicos e lideranças políticas. As suspeitas noticiadas precisam ser apuradas pelas autoridades competentes, respeitando o devido processo legal.

Para os trabalhadores, a questão central é garantir que o dinheiro, o poder econômico e as relações entre empresários e agentes públicos estejam submetidos à fiscalização, à transparência e à lei.

Soberania nacional e justiça social

Defender a soberania brasileira significa preservar a capacidade de tomar decisões em benefício da população, fortalecer a indústria, investir em ciência e tecnologia e proteger os recursos estratégicos do país.

A soberania também é social. Não há desenvolvimento justo quando parte da população permanece sem acesso adequado à alimentação, à moradia, à educação e à saúde. O crescimento econômico precisa caminhar junto com a distribuição de renda, a valorização do trabalho e o fortalecimento dos serviços públicos.

Nossa decisão começa pela consciência coletiva

A votação de um acordo coletivo e a escolha eleitoral têm algo em comum: ambas exigem informação, participação e responsabilidade.

Os trabalhadores precisam conhecer as cláusulas dos acordos, avaliar seus ganhos e limitações e acompanhar os resultados das negociações. Da mesma forma, devem analisar o histórico dos governos e os efeitos de suas políticas sobre salários, empregos, direitos e serviços públicos.

A história mostra que direitos trabalhistas não são permanentes. Precisam ser defendidos, negociados e ampliados. Por isso, sindicatos atuantes, instituições democráticas e políticas públicas efetivas são fundamentais para garantir melhores condições de vida.

Também saudamos os estudantes de universidades federais que, desde 5 de outubro, têm participado de mobilizações em diversas cidades brasileiras. As manifestações defendem pautas como a universidade pública, o fim da escala 6x1, o fortalecimento do SUS, a redução dos juros e o combate às privatizações.

Nenhum trabalhador deve enfrentar sozinho os desafios do mundo do trabalho. A organização coletiva continua sendo um dos principais instrumentos para defender salários, benefícios e condições dignas de vida.

Conhecer nossos direitos, participar das decisões e acompanhar os rumos do Brasil são responsabilidades que caminham juntas. **Vamos à luta!**

ACESSE NOSSAS NOTÍCIAS NO SITE: www.sindiferro.org.br

EXPEDIENTE: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Ferroviário e Metroviário dos Estados da Bahia e Sergipe – SINDIFERRO. CNPJ. 13.453.063/0001-45 Endereço Sede "Diógenes Alves": Rua do Imperador, nº 353 – Mares – CEP 40.445-030 – Salvador-BA. Telefones (71) 3312-1263 – E-mail: secretariageral.sindiferro@gmail.com – Site: www.sindiferro.org.br – Fundado em 21 de dezembro de 1983 – Todas as matérias publicadas são de inteira responsabilidade da Diretoria Executiva Colegiada. Conselho Editorial: Guilherme da Silva Filho, Antonio Eduardo Nascimento Oliveira, Paulino Rodrigues de Moura, Manoel Cunha Filho e Cloves dos Santos Gomes. Jornalista Responsável: Rodolfo Ribeiro DRT/BA – 3452. Delegacias Sindicais: Sede "Ari Vicente", Rua Treze de Maio, nº 30. Centro – Iguçu-BA, CEP 46860-000 – Tel: (75) 3325-2154. Rua Antonio Pinheiro Canguçu, nº 307, Brumado-BA, CEP 46.100-165 – Tel: (77) 99968-2129; Sede "Rafael Martinelli", Praça Aristides Maltez, nº 42, Centro, Alagoinhas-BA, CEP 48091-490 – Tel/ (75) 3422-1280. Sede "Dr. Rogério Ataíde", Rua Operário da Leste, nº 359, Centro, Senhor do Bonfim-BA – CEP 48.970-000 – Tel: (74) 3541-4310 – Praça Dr. João Pessoa, s/n, Clube dos Ferroviários – CEP 44.360-000, São Felix-BA. Praça Ranufo Prata, nº 7, Getúlio Vargas, CEP 49005-240, Aracaju-SE.

Tiragem: 500